

# RENDA RURAL E DESENVOLVIMENTO EM ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESTATAL DO NORDESTE: O CASO DE SERRA DO MEL/RN

*Emanoel Márcio Nunes\**  
*Aécio Cândido de Sousa\*\**  
*João Freire Rodrigues\*\*\**  
*Genivalda Cordeiro da Costa\*\*\*\**

## RESUMO

*O presente trabalho é resultado de uma pesquisa empírica que busca demonstrar as características do desenvolvimento rural de Serra do Mel/I RN, a partir de uma evolução de sua organização social e da composição da renda familiar proveniente das atividades agrícolas e não agrícolas no ano de 2002. A metodologia partiu da definição de uma amostra formada por sessenta agricultores de duas vilas do município e deu-se mediante a aplicação de questionários, inspirando-se no modelo adotado pelo projeto Rurbano. Como resultados preliminares das análises das amostras de domicílios observou-se que, no que diz respeito à composição da renda na vila mais pobre pesquisada (vila Amazonas), a renda chega a ser constituída, em sua maior parte, pela agropecuária (renda agrícola). Já na vila mais rica (vila Piauí), tanto a pesquisada como a mais rica do município, constatou-se uma situação inversa.*

*Palavras-chave: agricultura familiar; empreendedorismo; renda rural; desenvolvimento.*

## 1 INTRODUÇÃO

O debate em torno da agricultura familiar como importante segmento da economia para a inclusão social vem se destacando na pauta das principais discussões sobre e desenvolvimento rural como tema da ordem do dia. Outros temas, na mesma direção,

\* Professor do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e doutorando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

\*\* Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UERN (Prodema) e PhD em Sociologia Rural pela Universidade Laval, Quebec, Canadá.

\*\*\* Professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

\*\*\*\* Professora Assistente do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará.

Teor. e Evid. Econ.	Passo Fundo	v. 14	n. 27	p. 126-144	novembro 2006
---------------------	-------------	-------	-------	------------	---------------

apontam para as relações de trabalho na agricultura e de arranjos produtivos locais, expressando a preocupação com formas de geração de ocupações e renda, considerando o desenvolvimento rural no atual contexto da economia globalizada. No entanto, na região que compreende o semi-árido nordestino, e aqui em destaque o estado do Rio Grande do Norte, tanto a inserção no mercado como a diversificação de atividades agrícolas de maior e melhor remuneração têm se mostrado difíceis. Mesmo em áreas em que a intervenção do Estado evidencia a criação de um espaço econômico planejado, a insuficiência das rendas agrícolas leva a que as famílias busquem em atividades, em geral, não agrícolas a garantia de reprodução.

Porém, muitos dos espaços heterogêneos característicos da agricultura familiar, mesmo continuando fora dos circuitos de produção, são cada vez mais penetrados pelos processos de valorização e materializados numa abertura comercial que homogeneiza espaços heterogêneos. Nesse contexto, o desafio da agricultura familiar, com uma capacidade cada vez mais estreita de inserção no mercado, é se reinventar para conseguir se inserir em mercados de produtos e serviços.

Entretanto, se impactos da globalização, presentes em maior ou menor grau nas diferentes regiões brasileiras, têm acirrado a exclusão e desagregação da produção familiar, o desafio da reinvenção tem tido algumas respostas: as cooperativas e associações de agricultores familiares; a negociação com o poder público local e com instituições bancárias, visando à obtenção de recursos que viabilizem os investimentos; o aumento da renda via agregação de valor e/ou atividades rurais não agrícolas, sem as quais estariam excluídos do mercado.

Assim, a questão central é saber se essa capacidade de resposta, onde ela muitas vezes nem se esboça, pode emergir, se expandir – tanto no sentido de envolver mais agentes quanto de apontar novos caminhos e direcionar uma trajetória de desenvolvimento da própria economia local, na qual o rural é uma peça essencial.

Afirmativamente, a hipótese aqui colocada é a de que o desenvolvimento rural pode e deve ser pensado não somente como alternativa para a superação das dificuldades, mas, sobretudo, como eixo estratégico para um desenvolvimento mais amplo, dinamizado a partir da contribuição de ações localizadas com agricultura familiar.

Dessa forma, cabe investigar até que ponto a experiência empreendida por Serra do Mel, no estado do Rio Grande do Norte, tem cumprido o papel histórico de constituir-se numa estratégia de resgate da agricultura familiar. Nos termos da questão, cabe avaliar se, na forma como foi implementada e no seu alcance, contribui de fato como referência nas discussões em torno de um projeto de desenvolvimento rural.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa adotou um método inspirado na fase III do Projeto Rurbano. O Rurbano é um projeto temático, multidisciplinar e nacional, coordenado pela Unicamp, cujo

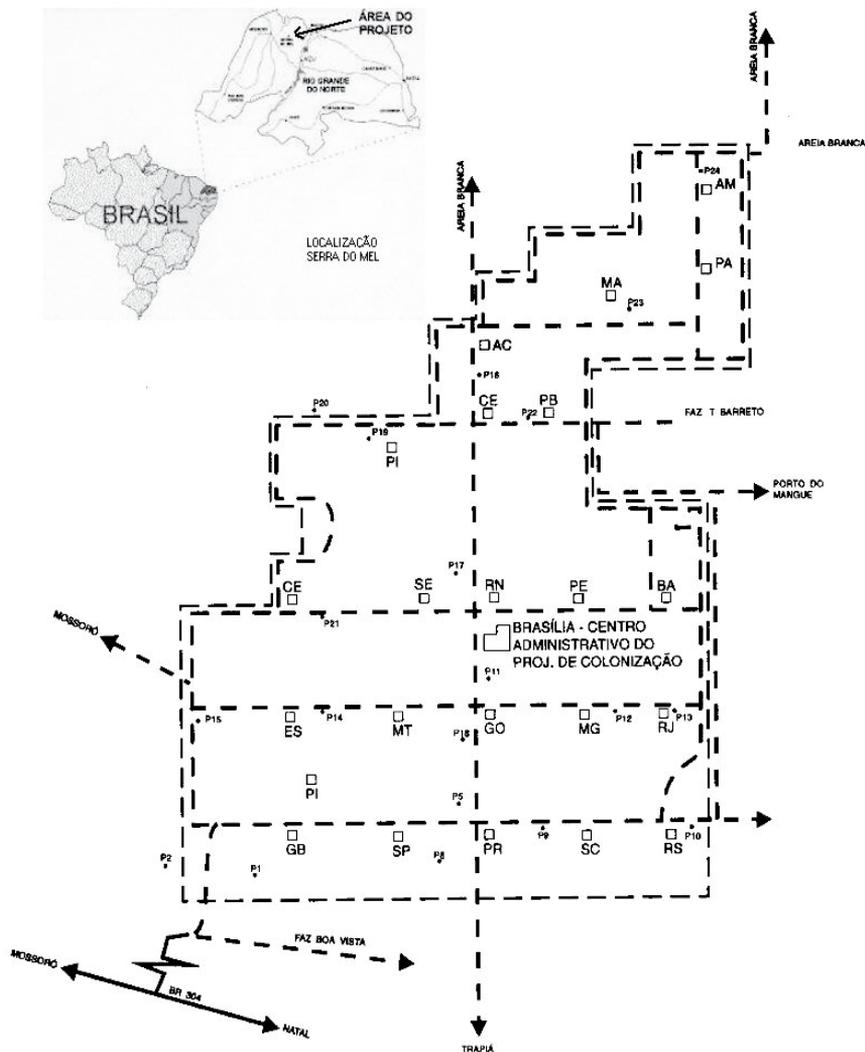
objetivo é analisar a partir de domicílios o comportamento do emprego agrícola e do mercado de trabalho rural no Brasil. Nas duas primeiras fases do Rurbano o emprego rural foi avaliado com base em dados secundários do IBGE; na terceira, partiu-se para as pesquisas de campo e coleta de dados primários (estudos de caso). Com base nesta última, foram realizados trabalhos de campo durante o ano de 2003 no município de Serra do Mel, tendo em vista a aprovação do projeto de pesquisa “Desenvolvimento Regional: agricultura e petróleo” para estudar a agricultura familiar do Rio Grande do Norte pela análise das atividades agrícolas e não agrícolas e da pluriatividade no meio rural potiguar. Assim, nesta pesquisa pretendeu-se, em primeiro lugar, com o estudo de caso aprofundar uma comparação entre duas vilas de Serra do Mel pela análise do emprego rural e, em segundo lugar, fazer uma projeção para o município, priorizando os elementos para a compreensão das formas de desenvolvimento rural, territorial e o papel da agricultura familiar. Com isso, buscou-se identificar estratégias implementadas pelos agricultores familiares como reação a um ambiente de globalização, como é o caso da forma de composição da renda familiar proveniente das atividades agrícolas e das não agrícolas no ano de 2002.

## 2.1 Serra do Mel e as características gerais do seu desenvolvimento rural

O município de Serra do Mel, local em que a pesquisa foi desenvolvida, iniciou-se como um projeto governamental de colonização concebido no ano de 1972, numa época em que era expressivo o poder do Estado a partir da prática de planejamento. O início da década de 1970 representou um período em que o Estado brasileiro atuava estimulando a expansão da fronteira agrícola em todo o país. No caso específico de Serra do Mel, a colonização deu-se com a finalidade de absorver força de trabalho excedente liberada pela incorporação de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra nas salinas do Rio Grande do Norte, as quais desempregaram milhares de famílias.

Após o projeto ter sido criado com inspiração no modelo *moshavi* de Israel e planejado para a formação de vilas rurais (cada uma leva o nome de um estado da federação brasileira), conforme a Figura 1, a colonização teve início em 1974, com a implantação de cinco vilas (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Guanabara e São Paulo) no eixo sul e de um centro administrativo na área central do projeto.

Em 1980, ocorreram ocupações das vilas Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, promovidas por filhos de antigos colonos proprietários de lotes improdutivos e por trabalhadores da região, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores de Mossoró. Em 1981, novas vilas formaram-se a partir de uma intervenção direta do Estado. Com a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no município de Assu-RN, o governo deslocou para Serra do Mel uma parte da população atingida e expulsa pelas águas do reservatório, formando-se as vilas Bahia e Pernambuco.



Fonte: CHARITH, 1995.

Figura 1: Mapa do município de Serra do Mel e distribuição espacial das agrovilas.

Entre 1983 e 1984, outras vilas foram colonizadas na parte norte do projeto (Acre, Maranhão, Pará e Amazonas). Logo no início, esses colonos enfrentaram quase cinco anos de seca, a maior em 1983, quando não houve produção agrícola, o que levou o projeto a um processo parcial de abandono por parte de muitas famílias.

Em 1984, surgiu um movimento desencadeado por um grupo de engenheiros agrônomos recém-formados da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), que propôs ao governo do estado que destinasse uma área de produção e formasse uma agrovila composta por eles, com a finalidade de servir de unidade demonstrativa para o projeto. Apesar de o governo não ter aceitado a proposta de imediato, o grupo insistiu e veio a colonizar 33 lotes dos 59 existentes na vila Amazonas. A partir da convivência com os outros colonos, esses agrônomos tentaram desenvolver e propagar tecnologias de efeito demonstrativo. Apesar da proposta inicial não ter tido êxito, uma parte do grupo permaneceu na Serra do Mel, integrando-se aos movimentos sociais.

Em síntese, o processo de colonização do município de Serra do Mel deu-se de duas formas: de um lado, uma colonização oficial, entre 1972 e 1983, constituindo 17 vilas, e um processo de ocupação feita por trabalhadores com apoio do movimento sindical e da Igreja, que ocasionou a colonização de cinco vilas (a última vila, a Tocantins, foi criada na década de 1990 fora do desenho original do projeto, a partir da incorporação de uma área de assentamento de reforma agrária ao município); de outro, entre 1984 e 2000, mesmo diante de tantas adversidades, os agricultores, juntamente com instituições como a Igreja, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte, dentre outras, buscaram forças para resistir, realizar um processo de organização social e produtiva, planejar e produzir, muitas vezes contrariamente às forças do Estado. Como veremos no decorrer deste artigo, num período aproximado de 15 anos os agricultores familiares de Serra do Mel têm desenvolvido uma dinâmica local singular a partir de combinações que tentam aproveitar de maneira eficiente os recursos locais.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 Desenvolvimento, agricultura familiar e emprego rural

No Brasil, o interesse pelo tema desenvolvimento vem do final da década de 1940, época em que autores desenvolvimentistas como Gunnar Myrdal, em 1953, e François Perroux, em 1964, inspiraram-se em fundamentos da teoria econômica para classificá-lo como uma “combinação de um conjunto de mudanças sociais e de mentalidade de um determinado povo que vive numa realidade de desigualdade sócio-econômica e que reage, na tentativa de alterar as estruturas em favor do seu bem-estar”. Entretanto, esse interesse se torna relativamente recente se o compararmos à produção intelectual nascida na esteira da Revolução Industrial na Europa e das transformações no campo desencadeadas em várias partes do mundo, inclusive na Rússia de finais do século XIX. Já, no que diz respeito à preocupação com o desenvolvimento rural no Brasil, esta data da década de 1960. A literatura a esse respeito vem sendo formada no país a partir de

um debate que se intensificou nas últimas décadas, sobretudo na década de 1990.

Historicamente, segundo aponta Graziano da Silva (1999), nos períodos de grave crise agrícola a população economicamente ativa brasileira (PEA) migrava para as regiões mais dinâmicas e desenvolvidas do país, contribuindo para reduzir a população rural e “inchar” as cidades. Esse quadro, no entanto, vem se modificando. No Rio Grande do Norte, Graziano da Silva (1999) identificou três fatores que contribuiriam para o grande número de ocupações rurais não agrícolas: a) turismo rural na faixa litorânea; b) interiorização de serviços produtivos patrocinados pelas secretarias municipais e instituições; c) agricultura empresarial – agroindústrias no Pólo de Desenvolvimento Integrado Assu/Mossoró. O fenômeno aqui descrito se traduz naquilo que Schneider (2003) define como “pluriatividade”, ou seja, “a combinação do exercício, por parte de pessoas de uma mesma família, de uma ou mais atividades não-agrícolas ou atividade ligada ao setor agrícola, mas fora da propriedade, seja na forma de prestação de serviços ou assalariamento, sendo estas atividades exercidas por pelo menos um membro do grupo familiar” (SCHNEIDER, 2003, p. 117).

As famílias desenvolvem esta estratégia, particularmente no Nordeste, com o intuito de diversificar e elevar a renda familiar, uma vez que os rendimentos gerados em atividades não agrícolas são, na maioria dos casos, superiores aos rendimentos agrícolas. Em muitos casos, é a renda obtida de atividades não agrícolas e/ou de transferências públicas (aposentadorias, pensões etc.) que acaba viabilizando a manutenção do estabelecimento e da família rural, corroborando a tese de Delgado (1999). Dentre as famílias, aquelas que trabalham exclusivamente em atividades agrícolas têm renda inferior às chamadas “pluriativas”, independentemente do estrato de área do estabelecimento.

Um ponto relevante a se considerar, conforme aponta Rodrigues (2001), é o de que a atividade agrícola é vista como carro-chefe das áreas de intervenção estatal, como nos assentamentos de reforma agrária. Nestes, a produção do melão irrigado vem ocorrendo como uma *commoditization* numa área restrita e sem se constituir numa atividade familiar. Com isso, os agricultores desenvolvem outras atividades, algumas delas fora do assentamento, acreditando-se haver sempre uma renda não agrícola.

Constituindo-se numa dinâmica diferente, o que permite pensar numa integração entre diferentes estilos locais de agricultura, conforme constatam Ortega et al (2004), o modelo de desenvolvimento adotado no município de Serra do Mel é merecedor de destaque. Além de fortalecer a base produtiva do município, viabilizou, a partir da década de 1990, a sua inserção no mercado externo. Para tanto, buscou-se construir um planejamento e aplicar uma política reguladora direcionados para um desenvolvimento rural/local construído de “baixo para cima” e fortemente calcado na agricultura familiar e no cooperativismo. Nesse ambiente, como veremos a seguir, a chamada “idéia guia” do desenvolvimento rural/local, com vistas à diversificação da renda rural e na agregação de valor, foi a produção e exportação da castanha de caju (ABRAMOVAY, 1998).

### 3.2 A composição da renda das famílias e a distribuição das ocupações rurais

Os sistemas produtivos locais operam com base em relações de trabalho peculiares diretamente relacionadas com o ambiente social e com a estrutura econômica, permitindo, assim, uma articulação da produção agropecuária e agroindustrial com o modo de vida local. No bojo das transformações internas gestam-se uma nova forma de regulação das relações de trabalho e um novo regime de acumulação, cujo objetivo principal é descentralizar e tornar flexíveis as atividades econômicas. Autores como Bagnasco (1999), dentre outros, passaram a denominar esta forma de produção de “*acumulação flexível*”. O surgimento de economias regionais de características locais, mas fortemente integradas ao esquema global de acumulação capitalista, como é o caso de Serra do Mel, torna decorrente a possibilidade de flexibilização das relações de produção num novo modelo de acumulação.

A aplicação de um modelo descentralizado e integrado, no qual constam o beneficiamento artesanal e a comercialização da castanha do caju, inclusive para o mercado externo, ao ampliar o mercado de trabalho e criar novas formas de ocupação para várias famílias, possibilitou, de um lado, a manutenção e reprodução da agricultura familiar (mediante o emprego de agricultores nas unidades de beneficiamento) e, de outro, a acumulação de capital por aqueles que detêm maiores habilidades e espírito empreendedor. Acontece, assim, um desenvolvimento rural incluyente, embora, de certa forma, concentrador, que promove a criação de ocupações não agrícolas no meio rural, sendo, portanto, uma estratégia capaz de, simultaneamente, reagir às forças externas da globalização, reter a população rural nos seus atuais locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda.

A partir do momento em que as atividades não agrícolas se tornam a principal fonte de renda permanente da família, além de se alterar a divisão do trabalho, redefine-se também uma série de relações intrafamiliares de hierarquia, como o poder patriarcal, a divisão sexual do trabalho e a própria sistemática de reprodução do grupo familiar. Além de satisfazer, de forma imediata, às necessidades econômicas da família, as ocupações não agrícolas de Serra do Mel, principalmente na Vila Piauí, evidenciaram indicadores econômicos e sociais e impulsionaram decisivamente as transformações na organização do trabalho e no processo de produção e reprodução da agricultura familiar.

As informações da Tabela 1 mostram, numa comparação entre as duas vilas, como o quadro social é diferenciado, tendo em vista o maior dinamismo presente em uma vila mais do que na outra. Na vila Amazonas, a mais pobre, os homens são maioria, é maior o número de crianças e adolescentes, e a quantidade de jovens e adultos em idade economicamente ativa é menor que na vila Piauí, a mais dinâmica. A mesma lógica coloca-se para os níveis de escolaridade, visto que, ao contrário da vila Amazonas, os que possuem o ensino fundamental e médio representam a maioria na vila Piauí, inclusive com o registro de pessoas com nível superior nesta última.

Tabela 1: Características sociais das vilas Amazonas e Piauí (em número de pessoas pesquisadas)

Vila Amazonas		Vila Piauí	
Sexo			
Masculino	58	Masculino	65
Feminino	52	Feminino	66
Faixa etária			
Até 12 anos	35	Até 12 anos	24
De 13 a 18 anos	15	De 13 a 18 anos	20
De 19 a 50 anos	41	De 19 a 50 anos	66
Acima de 50 anos	17	Acima de 50 anos	19
Escolaridade			
Analfabeto	27	Analfabeto	27
1º grau	63	1º grau	64
2º grau	10	2º grau	31
Superior	-	Superior	1
Sem idade escolar	7	Sem idade escolar	7

Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

Com isso, numa comparação entre as vilas, a Piauí mostra ser uma experiência que, segundo Veiga (2000) só existe em espaços rurais heterogêneos e evidenciados por uma agricultura familiar diversificada e com uma população relativamente jovem que se insere e desenvolve estratégias a partir de um processo local de desenvolvimento endógeno, descentralizado e promissor. Experiências como estas são, em sua maioria, as que mais geram empregos, estão entre as mais dinâmicas e têm sido objeto de intensa discussão desde a década de 1990, representando para vários países, em especial os da Europa, instrumentos de intenso questionamento sobre o processo de reestruturação do espaço rural, tendo em vista a globalização e a contínua retirada das políticas voltadas para a agricultura produtivista e padronizada.

Nessa perspectiva do desenvolvimento endógeno, a qual é defendida por autores europeus como Van der Ploeg et al. (1994), segundo o qual não se deve dizer que os modelos de desenvolvimento podem ser definidos em tipos-ideais, como exclusivamente baseados em recursos locais nem como apenas impondo a base produtiva em recursos externos. Dessa forma, uma diferente combinação é encontrada, isto é, recursos locais devem ser combinados e desenvolvidos em estilos locais de agricultura, os quais determinam a heterogeneidade do espaço rural e configuram-se como ponto de partida para a avaliação de uma “eventual” utilização de elementos externos. Neste sentido, conclui o autor: “O modelo de desenvolvimento endógeno é estabelecido principalmente, e não exclusivamente, sobre os recursos disponíveis localmente, tais como as potencialidades da ecologia local, força de trabalho, conhecimento e modelos locais de produção para o consumo” (VAN DER PLOEG et al., 1994).

Essa perspectiva dá importância às interações entre os diversos agentes, permitindo uma compreensão das diferentes respostas locais a uma determinada realidade e direciona a uma análise das estratégias realizadas de “baixo para cima”, que conduzem a que o desenvolvimento da produção agropecuária permaneça como um processo diversificado e heterogêneo. Como no caso de Serra do Mel, mais precisamente na vila Piauí, a noção de estrutura socioeconômica não se confunde com as tendências meramente mercantis no meio rural, mas é compreendida como resultado de uma articulação construída nos âmbitos local, regional e nacional. A ênfase dada ao desenvolvimento endógeno, onde é importante o papel da diversidade de interações socioeconômicas e tecnológicas na produção (os processos de “mercantilização”), aponta a necessidade da autonomia, ou seja, de um desenvolvimento que utiliza na estrutura produtiva tecnologias externas, mas que seja baseado em condições sociais, ambientais e culturais de cada localidade. Essa diversidade tecnológica, ou graus de “mercantilização”, resultante da interação dos agentes nos planos macro e micro, pode ser compreendida a partir dos diferentes estilos de agricultura no espaço rural.

Para Van der Ploeg (1995), a característica de cada estilo de produção agropecuária é resultante de um processo de trabalho particular, orientado por certas opções locais ou regionais (quando há opções), estruturadas de uma forma específica por uma lógica correspondente e condicionadas por relações de produção particulares. Entretanto, chama a atenção o fato de que, ao contrário do que acontece em Serra do Mel, as experiências construídas a partir de estilos homogêneos que procuram adotar de forma intensiva e exclusiva recursos externos enfrentam, tendencialmente, um ambiente de elevada competição, numa lógica capitalista altamente seletiva, em que os poucos mais “hábeis” conseguem sobreviver. Com isso, caso não haja uma eficiente regulação, essa elevada “mercantilização” tende a construir uma diferenciação num espaço com desenvolvimento bastante desigual.

Dessa forma, o desenvolvimento endógeno, para Van der Ploeg (1995), pode ser apreendido como uma estratégia localizada de diversificação, tendo em vista a necessidade de produzir para o mercado, mas mantendo uma resistência, por parte dos agricultores familiares, à subordinação da modernização tecnológica, à mercantilização, como tentativas de distanciamento da dependência total do uso intensivo de insumos externos, como se aproxima o modelo de Serra do Mel.

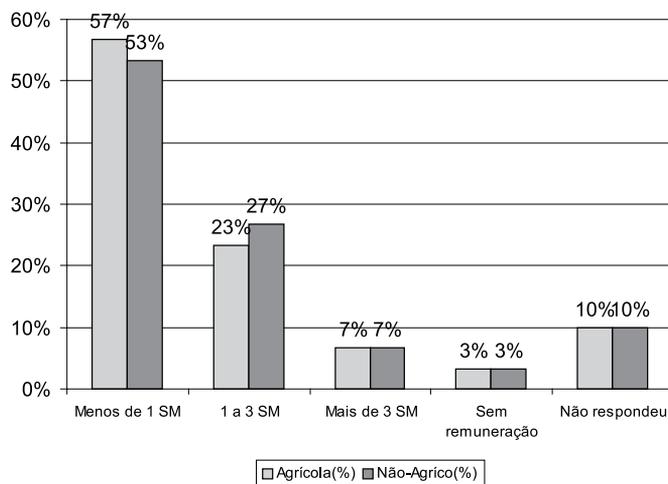
Nesse sentido, a diversificação na produção agropecuária pode ser analisada com base nas diversas formas localizadas de reprodução e utilização da força de trabalho, de uma específica composição dos meios de produção e das relações sociais estabelecidas. Como constata a pesquisa em Serra do Mel, a divisão do trabalho torna-se menos complexa do que nas relações altamente padronizadas e mercantilizadas, o que faz gerar uma maior possibilidade da existência de relações de proximidade. Essas relações de proximidade, segundo Van der Ploeg (1995), contribuem para diminuir os custos de transação, e a diversificação passa a não se confundir com a intensificação da produção, como no contexto agroindustrial.

Dessa forma, numa situação de crise da agricultura familiar brasileira, cresce em Serra do Mel um estilo de agricultura que se aproxima da perspectiva do desenvolvimento endógeno que vem possibilitando aos jovens a inserção em atividades rurais não meramente agrícolas, as quais oferecem uma maior remuneração, por meio da integração de atividades rurais proporcionada pelo beneficiamento artesanal da castanha do caju. Isso remete que na estrutura rural de produção a condição de desvantagem da atividade agrícola (produção agropecuária) em relação à não agrícola (beneficiamento da castanha, principalmente) é uma realidade no município. Esse modelo desenvolve uma lógica que inibe a transferência intersetorial de rendimentos do rural para setores urbanos da sociedade, não se confirmando, como na maioria dos casos presentes no segmento agricultura familiar brasileira, o modelo de transferência de rendas que Abramovay (1998) denomina de modelo *mill-marshaliano*.

No município de Serra do Mel, a pesquisa sinaliza que, mesmo tendo adotado uma descentralização com uma determinada integração das atividades rurais, não se percebe uma distribuição mais equilibrada de renda, ponto desejado num processo de desenvolvimento rural. Há uma disparidade enorme de renda entre os domicílios, visto que se confirma, no ano de 2002, a renda bruta de R\$ 23.992,08/ano no domicílio de maior renda e de R\$ 1.495,00/ano no domicílio de menor renda.

A Figura 1 mostra a porcentagem das rendas agrícolas e não agrícolas da vila Amazonas e revela que a maior parte das famílias entrevistadas, mais de 53%, obtém renda inferior a um salário mínimo. Nesta faixa de renda predominam as rendas obtidas com as atividades agropecuárias. Já, na faixa entre um e três salários mínimos, a qual se identifica, de certa forma, significativa, entre 23 e 27%, afirma-se uma participação maior das rendas não agrícolas e menor das rendas oriundas das atividades agrícolas. Diante disso, percebe-se que, quanto mais aumenta a faixa de renda obtida pelas atividades das famílias rurais, maior é a participação das atividades não agrícolas e menor a parcela de contribuição da agropecuária.

O gráfico (Fig. 1) demonstra, sobretudo, uma das características evidentes da formação da renda das famílias rurais de Serra do Mel: a concentração. Segundo as informações do gráfico, se a faixa de renda aumenta, menor se apresenta o número de famílias. Um outro ponto característico notado na composição das rendas na vila Amazonas é um certo equilíbrio entre as participações das rendas agrícolas e não agrícolas. Em todas as faixas, as famílias apresentam uma variação muito pequena entre as rendas.



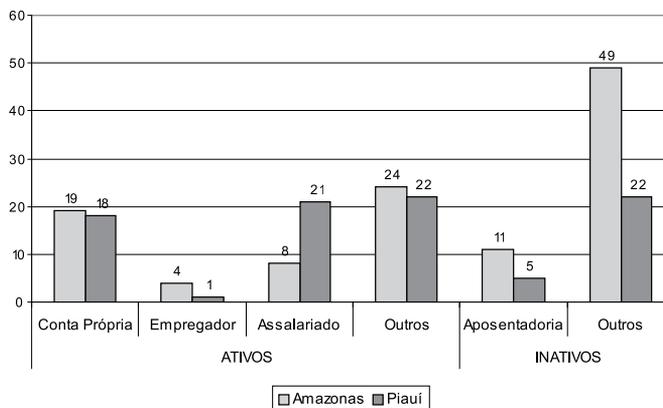
Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

Figura 1: Vila Amazonas: rendas rurais agrícolas e não agrícolas (%)

A vila Amazonas, no que diz respeito à composição da renda expressa pelos dados, apresentou uma média anual (referente ao ano de 2002) de R\$ 7.207,22/ano por domicílio. Desse montante, 51,38% advêm de atividades agropecuárias (renda agrícola) e 48,62% correspondem à renda extraída de atividades não agrícolas. A renda média das famílias desta vila, com base na amostra, atingiu R\$ 600,00/mês, o que corresponde a 2,5 salários mínimos por domicílio. Quanto à variação da renda na vila, notou-se ainda que a menor renda identificada foi de 0,5 salário mínimo e a maior, em torno de 8,3 salários mínimos.

Quanto às principais ocupações, a pesquisa identificou nas duas vilas visitadas uma certa homogeneidade na categoria *conta própria*, o que já era esperado pelo fato de o município de Serra do Mel ser constituído de lotes agrícolas uniformes, com área de 50 ha cada, e ser originado de um projeto estadual de colonização. Percebe-se também que na vila Amazonas, que se apresenta menos desenvolvida que a Piauí, existe uma concentração maior de domicílios com pessoas jovens em idades economicamente ativas, com tempo sobrando ou desocupadas (*ativos, desempregados, inativos e outros*) em relação à vila Piauí, que se configura com um dinamismo econômico mais evidente.

O número maior de aposentados na vila Amazonas (11 contra 5 na vila Piauí) e o menor de assalariados (8 contra 21 na vila Piauí) refletem uma maior fragilidade econômica das atividades do setor produtivo privado e uma menor capacidade de diversificação de ocupações não agrícolas no meio rural. Isso coloca a vila Amazonas numa condição de maior dependência das atividades meramente agrícolas, bem como de programas sociais e transferências públicas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

Figura 2: Serra do Mel: distribuição das formas de ocupação existentes nas vilas Amazonas e Piauí

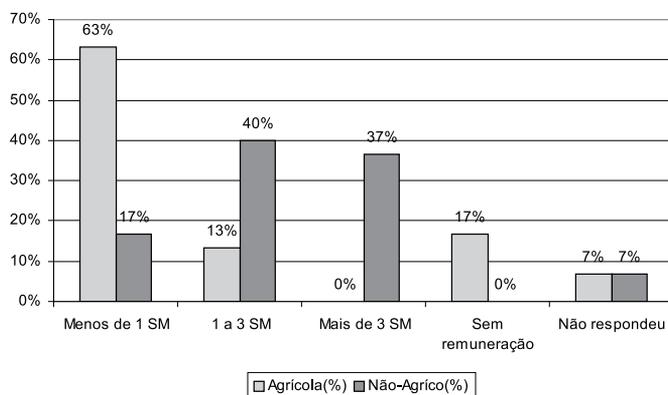
Esse ambiente mais dinâmico no município de Serra do Mel, representado neste caso bem mais pela vila Piauí, exerce uma influência decisiva sobre as relações de trabalho que aí emergem, em decorrência de transformações sociais e econômicas mais amplas. Esse processo vem percorrendo pela ligação do sistema produtivo local, que se forma com o processo global de acumulação capitalista. E esse processo de acumulação global se dá a partir do acesso do município de Serra do Mel a mercados competitivos como o externo, via comercialização e exportação da castanha de caju. Essa inserção chega a ser responsável por inúmeras transformações no interior das estruturas social e produtiva de todo o município.

A emergência da categoria dos agricultores que beneficiam artesanalmente a castanha de caju resultou em mudanças na estrutura social e produtiva da agricultura familiar de Serra do Mel. Algumas delas foram: a transformação do processo de produção agrícola, que inseriu certa quantidade de produtores no esquema capitalista de acumulação via relações mercantis, a informalidade da economia local, a não-ligação com os processos de contribuição previdenciária, dentre outros. Essas transformações resultaram numa redefinição do papel de parte dos membros da família. Principalmente as mulheres e jovens são os que se destinam ao desenvolvimento de atividades que contemplam as ocupações rurais não agrícolas. Mesmo em desvantagem com os trabalhadores urbanos, no que diz respeito à situação formal referenciada pela carteira de trabalho assinada, essas ocupações rurais não agrícolas são geradoras de uma renda maior que as agrícolas e proporcionam, a partir disso, a eleição por parte da força de trabalho mais jovem, criando, assim, um processo de reorganização do trabalho no

interior da unidade familiar e forçando uma nova alteração interna da divisão social do trabalho. Esse processo desenvolvido em Serra do Mel, conforme Ortega et al. (2004), contribui, de certa forma, para diminuir o abismo existente entre a média da renda rural e a média dos rendimentos urbanos.

Um ambiente como este, segundo Veiga (2000), só existe em espaços rurais fortemente marcados por uma agricultura familiar consolidada, diversificada e com uma população relativamente jovem, que combina um processo de urbanização e industrialização endógeno, descentralizado e promissor. Essas comunidades são, em sua maioria, as que mais geram empregos e estão entre as mais dinâmicas. Foi por perceber o desenvolvimento de regiões rurais possuidoras de uma determinada densidade de unidades familiares de produção integradas fortemente com o ambiente externo que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) resolveu assumir o conceito de “ruralidade” não mais como sinônimo de atraso.

O declínio da importância da atividade agrícola no território, tanto nas regiões da Europa como no Brasil, é, no entanto, acompanhado pelo emergir neste de ocupações não agrícolas. Essa constatação é digna de afirmação quando percebemos a dinâmica gerada pela vila Piauí (Figura 3). Nesta vila, a inversão da composição da renda das famílias, como citada anteriormente, iniciou-se no ano de 1988 com a implantação de um sistema descentralizado de beneficiamento artesanal da castanha do caju, que começou com 12 unidades familiares, chegando ao ano de 2002 com 48 unidades; como resultado, a renda das famílias passou a se elevar ao longo dos anos em razão da agregação de valor via beneficiamento da castanha do caju e comercialização da amêndoa, constatando-se um elevado grau de desenvolvimento econômico e uma expressiva inversão na composição da renda das famílias.



Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

Figura 3: Vila Piauí: rendas rurais agrícolas e não agrícolas (%)

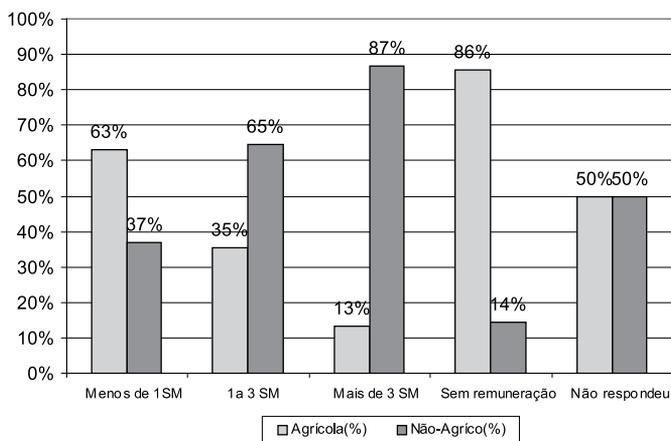
A Figura 3 mostra que há uma maior heterogeneidade na composição da renda das famílias, o que afirma a presença de uma maior diversificação tanto das ocupações como das atividades desenvolvidas. A concentração da renda aqui se apresenta bem menor do que na vila Amazonas, embora ainda exista, afirmando um ponto em comum com a vila Amazonas.

A renda média por domicílio constatada na pesquisa para a vila Piauí, em 2002, foi de R\$ 13.980,50/ano, ou R\$ 1.165,00 por mês. Como visto, a renda média mensal das famílias chega a atingir em torno de 4,8 salários mínimos, quase o dobro da identificada na vila Amazonas. Dessa renda, apenas 11,21% são constituídas pela atividade agropecuária (renda agrícola) e 88,79% são oriundas do desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas. Quanto à variação da renda nesta vila, notou-se ainda que a menor renda mensal identificada por domicílio se iguala à da vila Amazonas, 0,5 salário mínimo, entretanto a maior encontra-se em torno de 22,4 salários mínimos, contra 4,8 da vila Amazonas.

Essa realidade, principalmente a da vila Piauí, influencia de maneira decisiva na formação da renda, e as relações de produção que aí afloram são resultado de transformações estruturais mais complexas. Como mencionado anteriormente, esse processo vem ocorrendo pela ligação do sistema produtivo que se forma em Serra do Mel, com sua inserção do esquema local ao global, e vice-versa. Assim, o que há de estrutural localmente é o fato de sua constituição e desenvolvimento resultarem de processos ativos (não passivos) relacionados com a ordem territorial e, portanto, de mobilização de condições desenvolvidas no próprio município (VEIGA, 2000).

Para Veiga (2000), esse desenvolvimento local não é incompatível com a abertura dos mercados e inserção nestes. Esse pensamento pretende, no entanto, superar a visão fatalista que predestina os territórios à passividade. *A priori*, nada impede que as abordagens globais possam ser coerentes com as perspectivas locais e apoiar-se sobre a mobilização dos atores que aceitam colocar suas competências e suas práticas a serviço de um território no âmbito de relações não exclusivamente mercantis. Além disso, é evidenciada a importância da complementaridade entre as ações de “baixo para cima” e “de cima para baixo” do desenvolvimento, tendo estas últimas um caráter subsidiário, nunca substitutivo, das iniciativas ascendentes. Além disso, o desenvolvimento local depende da sinergia de vários microssistemas locais de produção, que se cruzam e efetuam trocas entre eles e com sistemas mais amplos. Esse movimento de dupla causalidade (local-global-local) foi percebido na realidade do município de Serra do Mel e demonstrado a partir da pesquisa.

Quando fazemos uma análise comparativa com base na média da renda do território a partir da união das vilas Amazonas e Piauí, conforme demonstra a Figura 4, obtivemos uma realidade na qual as faixas maiores de renda rural das famílias se afirmam como as detentoras da maior participação das atividades não agrícolas.



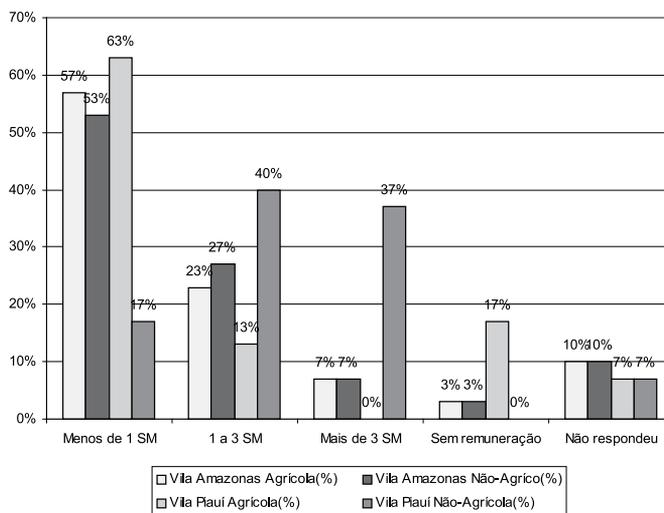
Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

Figura 4: Média das rendas rurais agrícolas e não agrícolas nas vilas Amazonas e Piauí

É como se apresenta, da mesma maneira, a Figura 5. De forma mais detalhada, observa-se que há uma significativa diferença de composição da renda rural das famílias entre as duas vilas, denunciando pontos comuns, como o de concentração de renda nas maiores faixas, maior participação das atividades agrícolas na faixa de menor remuneração e menor número de famílias com rendas altas.

Mesmo alguns poucos obtendo uma renda alta com o processo de agregação de valor, como é o caso dos que conseguiram desenvolver o corte artesanal da castanha do caju e comercializar diretamente, além dos que obtêm renda não agrícola, uma maioria ainda tem participação limitada no produto gerado no município, tendo de depender de programas sociais e/ou de transferências governamentais. Com isso se percebe que, mesmo havendo um esforço no sentido de desenvolver um modelo descentralizado e integrado e com a capacidade de inserir agricultores familiares no mercado, a lógica capitalista é fortemente evidenciada pela desigualdade do desenvolvimento proporcionada pela concentração via apropriação da riqueza por parte de poucos agricultores participantes.

Para um município composto por 25 vilas distribuídas de forma espacialmente regular, como é o caso de Serra do Mel, a análise representada graficamente revela uma evidente heterogeneidade na obtenção da renda por parte das famílias rurais, além de diferentes níveis de desenvolvimento e dinamismo econômico e social.



Fonte: Pesquisa de campo, 2003.

Figura 5: Serra do Mel: rendas rurais agrícolas e não agrícolas das vilas Amazonas e Piauí (%)

A pesquisa revela uma evidente diferença socioeconômica entre as duas vilas de Serra do Mel e constata, com base nas informações constantes nos gráficos, que quando o ambiente se demonstra mais pobre, como é o caso da vila Amazonas, mais concentrada é a renda. Por outro lado, quando se analisa o caso da vila Piauí, percebe-se um maior dinamismo econômico e uma situação que se configura com menor concentração de renda, maior diversidade de ocupações e, conseqüentemente, menor grau de desigualdade.

#### 4 CONCLUSÕES

Procuramos demonstrar, numa comparação entre a dinâmica de duas vilas do município de Serra do Mel, com base na composição das rendas rurais agrícolas e não agrícolas, que o processo de desenvolvimento, mesmo ocorrendo em espaços rurais heterogêneos, baseados no cooperativismo e calcados na agricultura familiar, tem se apresentado, de certa maneira, concentrador e desigual. Isso talvez pelo fato de a Serra do Mel se apresentar como uma economia regional de características locais, mas fortemente integrada ao esquema global de acumulação capitalista. Na verdade, o que vem sendo construído ao longo do tempo nesse município é um “estilo” de agricultura que tem reagido fortemente à crescente *commoditização* da agricultura familiar, isto

é, desenvolvido um processo endógeno e diferenciado de reorganização do trabalho e do espaço, em oposição a um ambiente de globalização, que se caracteriza pela padronização.

Com base nisso, e em resposta à questão levantada inicialmente, a lógica de desenvolvimento apresentada neste *paper*, principalmente com base na experiência exercitada pela vila Piauí, demonstra uma expressiva capacidade de resposta que pode emergir e se expandir, tanto no sentido de envolver mais agentes quanto de apontar novos caminhos e direcionar uma trajetória de desenvolvimento mais autônomo da própria economia local, na qual o rural é uma peça essencial. Isso tende a ocorrer desde que sejam construídos novos espaços de concertação com vistas ao desenvolvimento rural local, no qual um determinado arranjo institucional seja criado e possa ter capacidade de regulação das forças externas que surgem exclusivamente de cima para baixo.

Nesse sentido, a experiência de Serra do Mel expressa um modelo de desenvolvimento rural que pode e deve ser pensado não somente como alternativa de superação das dificuldades dos agricultores familiares, mas, sobretudo, como eixo estratégico para um desenvolvimento mais amplo, dinamizado a partir da contribuição de ações localizadas com agricultura familiar.

É relevante observar que a construção da realidade de Serra do Mel, onde a composição da renda se inverte em localidades mais dinâmicas, indo das rendas agrícolas para as não agrícolas, como na vila Piauí, ocorreu mediante processos que foram inicialmente pensados, elaborados e implementados de forma participativa, resultando numa mudança significativa nos aspectos econômico, social e cultural para as famílias envolvidas, além da mudança de mentalidade quanto à necessidade de preservação do meio ambiente e de organização da comunidade via cooperativismo.

Por outro lado, percebe-se que a forma como o município de Serra do Mel evoluiu e se inseriu em mercados competitivos deixou no seu bojo conseqüências sociais. A informalidade da atividade econômica predomina, deixando milhares de trabalhadores e suas famílias fora do alcance das ações dos instrumentos de proteção social. Essa situação cria uma certa vulnerabilidade quanto às possibilidades futuras de aposentadoria, por exemplo. Com base nisso, sugerem-se estudos que tenham como finalidade a busca de respostas que venham amenizar essa vulnerabilidade dos trabalhadores quanto aos aspectos sociais, e que contribuam para um mais harmonioso relacionamento local entre Estado e mercado, bem como entre o capital e o trabalho.

## 5 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- BAGNASCO, A. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: COCCO, G. et al., (Org.). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 33-43.
- CHARITY, Richard B. *Programa de Reestruturação Agrícola da Serra do Mel*. Natal, 1995.
- DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. *Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região sul do Brasil*. Brasília: Ipea, 1999.
- GOMES DA SILVA, A. A produção irrigada de frutas tropicais no pólo agro-industrial do Açú-RN. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XXXIV. *Anais...* Brasília, Sober, 2000. p. 1081-1097.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *Tecnologia & agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1999.
- ORTEGA A. C.; NUNES, E. M.; GODEIRO, K. F. Características e limites de uma experiência de desenvolvimento rural: o caso de Serra do Mel. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 35, n. 4, p. 445-464, out/dez. 2004.
- PLOEG, J. D. van der.; LONG, Ann. (Ed.). *Born From Within: practice and perspectives of endogenous rural development*. Netherlands, Assen: Van Gorcun, 1994.
- PLOEG, J. D. van der.; VAN DIJK, G. (Ed.). *Beyond modernization: the impact of endogenous rural development*. Netherlands, Assen: Van Gorcun, 1995.
- RODRIGUES, João Freire. *Políticas públicas e modernização agrícola na região de fruticultura do Rio Grande do Norte: o lugar da agricultura familiar*. Recife: UFPE/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2001. (Dissertação de Mestrado).
- SCHNEIDER, Sérgio. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2003.
- VEIGA, José Eli da et al. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 2000.

## SYNOPSIS

*ICOME RURAL AND DEVELOPMENT IN AREAS OF STATE INTERVENTION OF THE NORTHEAST: THE CASE OF SERRA DO MEL /RN*

*The present work is resulted of an empiric research that has as objective demonstrates the characteristics of the rural development of Serra do Mel /RN starting from an evolution of your social organization and of the composition of the originating from family income the agricultural and no-agricultural activities in the year of 2002. The methodology left of the definition of a sample formed by sixty farmers of two villas of the municipal district and he/she felt by the application of questionnaires, being inspired by the model adopted by the RURBANO project. As results preliminaries of the analyses of the samples of homes were observed that, in what she concerns the composition of the income in the poorest researched villa (villa Amazonas), the income arrives to be constituted, in your largest part, for the agricultural (she surrenders agricultural). Already in the richest villa (villa Piauí) so much researched her, as the richest of the municipal district, an inverse situation was verified.*

*Key-words: family farm; enterprise; rural income; rural development.*

## SINOPSIS

*INGRESO RURAL Y DESARROLLO EN LAS ÁREAS DE INTERVENCIÓN ESTATAL DEL NORDESTE: EL CASO DE SERRA DO MEL /RN*

*El trabajo presente se resulta de una investigación empírica que tiene como el objetivo demuestra las características del desarrollo rural de Serra do Mel /RN que empieza de una evolución de su organización social y de la composición del originar del ingreso familiar las actividades agrícolas y ningún-agrícolas por el año de 2002. La metodología salió de la definición de una muestra formada por sesenta granjeros de dos villas del distrito municipal y se sentidos por la aplicación de encuestas, mientras estando inspirado por el modelo adoptaron por el proyecto RURBANO. Como resulta se observaron preliminares de los análisis de las muestras de casas que, en qué he/she la composición del ingreso involucra en la villa investigada más pobre (la villa Amazonas), el ingreso llega ser constituido, en su parte más grande, para el agrícola (el se rinde agrícola). Ya en la villa más rica (la villa Piauí) tanto la investigó, como el más rico del distrito municipal, una situación inversa fue verificada.*

*Palabras llave: la granja familiar; el emprendedor; el ingreso rural; el desarrollo rural.*